

CTEEP REPORTA RECEITA LÍQUIDA DE R\$ 2,3 BILHÕES EM 2010; LUCRO LÍQUIDO ATINGE R\$ 812,2 MILHÕES

São Paulo, 28 de março de 2011 – A **CTEEP** - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP ou Companhia”) (BM&FBovespa: **TRPL3** e **TRPL4**), principal empresa concessionária privada do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, anuncia seus resultados do exercício social de 2010. As informações financeiras e operacionais dos períodos a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DESTAQUES

- **Primeira publicação das demonstrações de resultados** de acordo com as práticas contábeis internacionais – **IFRS**, integralmente adaptado a todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações;
- Energização de 82 projetos que representaram **acréscimo de receita de R\$ 28,7 milhões** em 2010;
- Em 2010, a CTEEP alcançou o seu **melhor patamar no índice de energia não-suprida** (ENES) apresentando o menor indicador ENES entre todas as transmissoras de energia do Brasil;
- A **receita operacional bruta** aumentou 3,9%, atingindo R\$ 2.551.542 mil em 2010, comparada com R\$ 2.455.811 mil em 2009;
- Realizado, em 2010, o pagamento aos acionistas na forma de **dividendos e juros sobre o capital próprio** no montante de **R\$ 766,8 milhões**, correspondente à **R\$ 5,07** por ação;
- **Exercício do direito de preferência na IEMG**: Em reunião realizada em 06 de setembro de 2010, o Conselho de Administração da CTEEP aprovou o exercício do direito de preferência na compra de 40% das ações do capital social da subsidiária.

Principais Indicadores (R\$ mil)			
(R\$ mil)	2010	2009	Var % 2010/2009
Receita Líquida	2.256.286	2.149.012	5,0%
EBITDA	1.176.070	1.215.730	-3,3%
Margem EBITDA	52,1%	56,6%	-4,4 p.p
Lucro Líquido	812.171	861.975	-5,8%
Margem Líquida	36,0%	40,1%	-4,1 p.p.
Lucro por Ação (R\$)	5,3621	5,7533	-6,8%

Sobre a CTEEP

Transmitir energia elétrica, com qualidade e eficiência. Esse é o negócio da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, a principal concessionária privada do setor de transmissão de energia elétrica do Brasil.

Através de sua rede – formada por 12.316 km de linhas, 18.794 km de circuitos, 2.488 km de cabos de fibra ótica e 105 subestações com tensão de até 550 kV – trafegam 30% da energia elétrica produzida no Brasil e 60% da energia consumida na região Sudeste.

Com capacidade instalada de 43.973 MVA (Mega Volt Ampére), a CTEEP está presente, com ativos próprios e por meio de subsidiárias e participações, em 12 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí.

A CTEEP possui participação em empresas constituídas para a prestação dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica: 100% nas subsidiárias IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), Pinheiros (Interligação Elétrica Pinheiros) e na Serra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi); 50% na IESul (Interligação Elétrica Sul), 51% na IEMadeira (Interligação Elétrica Madeira); e 25% na IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste).

Controlada pela ISA, um dos maiores grupos de transmissão de energia da América Latina, que detém 89,40% das ações ordinárias, a CTEEP tem ainda entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo de energia brasileiro, o Governo do Estado de São Paulo e 61 mil acionistas pessoas física e jurídica.

Com ações listadas na Bovespa, a CTEEP participa, desde 2002, do Nível 1 de Governança Corporativa. Suas ações preferenciais são listadas no Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado brasileiro de ações. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de *American Depositary Receipts* – ADRs – Regra 144 A nos Estados Unidos.

Relações com Investidores

Marcio Lopes Almeida

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

ri@ctEEP.com.br

Diogo Zinsly

Gerente de Relações com Investidores

dzinsly@ctEEP.com.br

Tel: (11) 3138-7195

Thiago Lopes da Silva

Analista Sênior de Relações com Investidores

tsilva@ctEEP.com.br

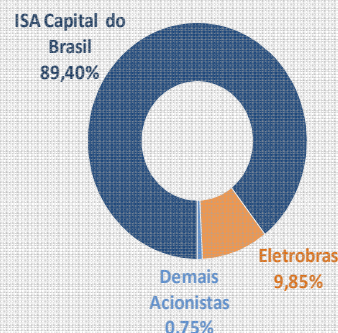
Tel: (11) 3138-7557

Assessoria de Imprensa:

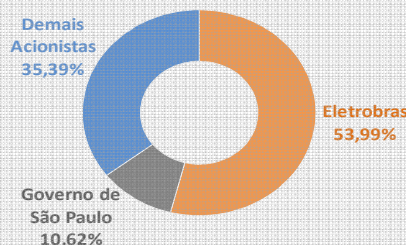
Mariana Bertolini - CDI Comunicação Corporativa

mariana@cdicom.com.br

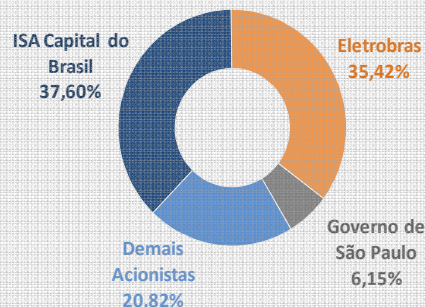
Ações Ordinárias - TRPL3 (42% do total)



Ações Preferenciais - TRPL4 (58% do total)



Capital Social Total



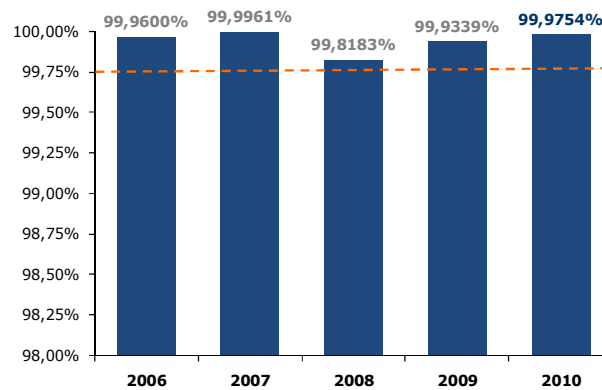
Desempenho Operacional

- Excelência Operacional**

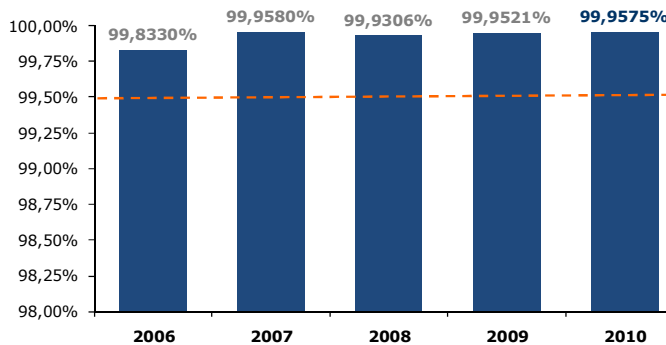
A receita operacional da CTEEP está diretamente relacionada à disponibilidade de seus ativos: linhas de transmissão, reatores e transformadores. A Companhia investe permanentemente para garantir a eficiência e qualidade na operação, na medida em que a indisponibilidade de seus ativos pode gerar um desconto em sua receita.

Abaixo alguns indicadores que ilustram a eficiência operacional da Companhia em 2010:

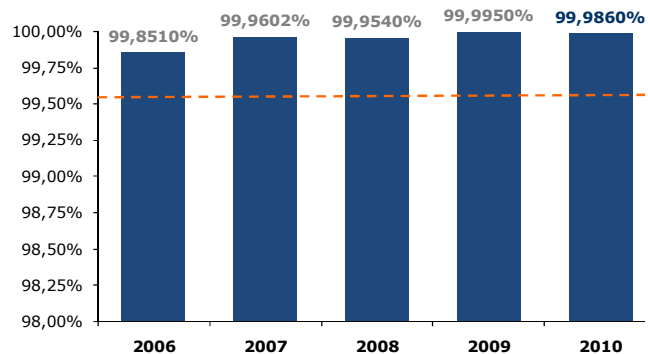
Linhas de Transmissão
18.698 Km de circuito
Meta: 99,75%



Transformadores
519 em operação
Meta: 99,50%



Reatores
79 em operação
Meta: 99,55%



Efeitos da adoção do IFRS e dos pronunciamentos do CPC

■ Efeito nas demonstrações financeiras

Consolidado

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRS. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 3, em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme descrito nas notas abaixo.

As conciliações para as práticas contábeis anteriores estão demonstradas como segue:

	Efeito da transição para as IFRS			Efeito da transição para as IFRS		
	BR GAAP		IFRS	BR GAAP		IFRS
Ativo (R\$ mil)	31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	43.234	-	43.234	123.024	-	123.024
Contas a Receber	289.536	1.141.070	1.430.606	299.329	1.044.342	1.343.671
Estoques	43.328	-	43.328	31.952	-	31.952
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	19.439	-	19.439	19.786	-	19.786
Tributos e contribuições a compensar	213.317	-	213.317	3.240	-	3.240
Benefício fiscal - ágio incorporado	28.832	(28.832)	-	28.832	(28.832)	-
Imposto Diferidos	31.472	(31.472)	-	11.315	(11.315)	-
Despesas pagas antecipadamente	2.661	1.107	3.768	2.917	-	2.917
Outros	17.290	(100)	17.190	31.942	(9.849)	22.093
	689.109	1.081.773	1.770.882	552.337	994.346	1.546.683
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Contas a Receber	62.074	3.594.605	3.656.679	45.088	3.197.934	3.243.022
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	557.027	-	557.027	454.639	-	454.639
Benefício Fiscal - ágio incorporado	147.911	28.832	176.743	176.743	28.832	205.575
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	67.078	(38.658)	28.420	76.648	(49.523)	27.125
Cauções e Depósitos Vinculados	43.946	-	43.946	51.860	-	51.860
Estoques	-	126.854	126.854	-	70.557	70.557
Outros	4.382	-	4.382	2.407	-	2.407
	882.418	3.711.633	4.594.051	807.385	3.247.800	4.055.185
Imobilizado Intangível	4.676.574	(4.666.314)	10.260	4.234.614	(4.226.640)	7.974
	73.004	(60.122)	12.882	75.267	(64.774)	10.493
	4.749.578	(4.726.436)	23.142	4.309.881	(4.291.414)	18.467
Total do Ativo	6.321.105	66.970	6.388.075	5.669.603	(49.268)	5.620.335
Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	592.129	-	592.129	345.502	-	345.502
Fornecedores	70.806	-	70.806	36.293	-	36.293
Tributos e Encargos sociais a recolher	88.505	-	88.505	19.476	-	19.476
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	9.853	-	9.853	-	-	-
Encargos Regulatórios	40.018	-	40.018	36.528	-	36.528
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	374.398	(368.282)	6.116	233.272	(228.390)	4.882
Provisões	27.688	-	27.688	34.921	(26)	34.895
Valores a Pagar - Fundação CESP	6.917	-	6.917	6.210	-	6.210
Parcela de Ajuste	21.277	(21.277)	-	-	-	-
Outros	29.309	4	29.313	6.781	25	6.806
	1.260.900	(389.555)	871.345	718.983	(228.391)	490.592
NÃO CIRCULANTE						
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e Financiamentos	457.281	-	457.281	511.286	-	511.286
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	137.885	-	137.885	-	-	-
PIS e COFINS diferidos	-	60.218	60.218	-	9.697	9.697
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	3.060	3.060	-	637	637
Encargos Regulatórios	3.269	-	3.269	2.805	-	2.805
Provisão para Contingências	167.953	-	167.953	174.152	-	174.152
Valores a Pagar - Fundação CESP	13.601	(13.601)	-	68.503	(68.503)	-
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	-	24.053	24.053	-	24.053
Parcela de Ajuste	21.277	(21.277)	-	-	-	-
Deságio	49.540	(49.540)	-	66.525	(66.525)	-
	874.859	(21.140)	853.719	847.324	(124.694)	722.630
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	1.063.049	-	1.063.049	1.000.000	-	1.000.000
Reservas de Capital	2.259.945	-	2.259.945	2.286.374	-	2.286.374
Reservas de Lucros	861.686	109.383	971.069	816.256	75.427	891.683
Proposta de distribuição de dividendo adicional	-	368.282	368.282	-	228.390	228.390
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	-	666	666	-	666
	4.185.346	477.665	4.663.011	4.103.296	303.817	4.407.113
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	6.321.105	66.970	6.388.075	5.669.603	(49.268)	5.620.335

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO 2009

(em milhares de reais)

	BR GAAP	Efeito transição para as IFRS	IFRS
Receita Operacional Líquida	1.656.478	492.534	2.149.012
Custo dos serviços de operação	(350.991)	(364.001)	(714.992)
Lucro Bruto	1.305.487	128.533	1.434.020
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	(149.999)	(63.642)	(213.641)
Honorários da administração	(8.105)	(1.257)	(9.362)
Despesas financeiras	(424.895)	(2.853)	(427.748)
Receitas financeiras	154.150	1.877	156.027
Outras despesas, líquidas	(31.162)	(16.984)	(48.146)
Lucro operacional	845.476	45.674	891.150
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(278.654)	-	(278.654)
Diferido	10.587	(11.718)	(1.131)
Lucro antes da reversão dos juros sobre capital próprio	577.409	33.956	611.365
Reversão de juros sobre o capital próprio	250.610	-	250.610
Lucro líquido do exercício	828.019	33.956	861.975

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA 2009

(em milhares de reais)

	BR GAAP	Efeito transição para as IFRS	IFRS
Fluxos de caixa das atividades operacionais	1.099.402	(660.951)	438.451
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(670.531)	660.951	(9.580)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(508.661)	-	(508.661)

▪ Descrição dos ajustes

A seguir, apresentamos descrição dos principais ajustes decorrentes dos novos pronunciamentos contábeis que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05)

A partir de 01 de janeiro de 2010 (efeitos de abertura 01 de janeiro de 2009 para fins de comparação) a Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC (“equivalente ao IFRIC12 das normas internacionais de contabilidade conforme emitido pelo IASB”). Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas, quando:

- ✓ o concedente controle ou regulamente quais serviços devem ser prestados, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço que deve ser cobrado; e
- ✓ o concedente controle – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizado) revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11, conforme emitido pelo IASB) e CPC 30 – Receitas (equivalente ao IAS 18, conforme emitido pelo IASB). Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

O ativo intangível se origina na medida em que o operador recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. Se os serviços de construção do concessionário são pagos parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, é necessário contabilizar cada componente da remuneração do concessionário separadamente. A remuneração recebida ou a receber de ambos os componentes deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Companhia e o impacto da sua adoção inicial são descritos abaixo:

A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável a todos os contratos de serviço público-privado em que a Companhia faz parte.

Todas as concessões foram classificadas dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e

custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de construção.

As disposições da ICPC 01 foram aplicadas retroativamente para as concessões das controladas IEMADEIRA, IESUL, IENNE, IEMG, Serra do Japi e Pinheiros, sendo recalculado os efeitos que a adoção teria em 1º de janeiro de 2009 (início do período de mais antigo utilizado para fins comparativos) e atribuídos os efeitos acumulados aos componentes do patrimônio líquido. Dada a impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, a aplicação prospectiva foi adotada para os contratos de concessão celebrados pela CTEEP,

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações Financeiras. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais. Esta indenização faz parte da remuneração dos serviços de construção e é reconhecido no momento em que a obra é finalizada.

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de construção considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a receita financeira apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

As receitas com construção e receita financeira apurada sobre o ativo financeiro de construção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora (CPC 04)

O benefício fiscal – ágio incorporado da controladora, anteriormente apresentado no ativo circulante, foi reclassificado para o ativo não circulante.

Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente.

Adicionalmente, conforme estabelecido pelo CPC 26, os impostos diferidos originalmente apresentados no ativo circulante foram reclassificados para o ativo não circulante.

Contabilização da proposta de pagamento de dividendos (ICPC 08)

Essa interpretação esclarece que a declaração de dividendos, excedente ao mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras não devem ser reconhecidos como passivo, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras como definido no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os dividendos declarados e não pagos, excedentes ao mínimo obrigatório, referentes aos exercícios de 2008 e de 2009 foram reconhecidos como ajuste na demonstração das mutações do patrimônio líquido e foram revertidos na conta de “dividendos a pagar”, no balanço patrimonial, onde foram originalmente apresentados.

Benefícios a empregados - Fundação CESP (CPC 33)

Esse pronunciamento fornece orientação sobre o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios concedidos aos empregados.

Os cálculos atuariais dos planos de pensão e aposentadoria patrocinados pela Companhia apresentam, desde o exercício de 2008, superávit que, uma vez que utilizam o método do “corredor”, geram ganhos não reconhecidos. Contudo, o ganho apurado não é superior ao limite de restrição ao reconhecimento do ativo (“asset ceiling”) estabelecido pelo CPC 33 (IAS 19).

Deságio (ICPC 09)

Representado pelo deságio auferido quando da aquisição de 49% das ações ordinárias da EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. Essas ações pertenciam à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo e à Companhia Paulista de Administração de Ativos - CPA e foram adquiridas, em 26 de março de 1999, pela CESP - Companhia Energética de São Paulo. Na cisão parcial da CESP, as referidas ações e o deságio apurados foram revertidos à CTEEP. A EPTE foi incorporada pela Companhia em 10 de novembro de 2001. Conforme ICPC 09, o deságio foi registrado nos lucros acumulados como compra vantajosa.

Desempenho Econômico-Financeiro

▪ Reconhecimento da Receita

Em conformidade com o estabelecido pela ICPC 01 os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que presta obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas (serviços de operação e manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas da Companhia são:

Receita de serviços de Construção e Operação e Manutenção - A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

As Receitas de Construção totalizaram R\$ 693,8 milhões em 2010, comparada com R\$ 565,5 milhões em 2009, em decorrência do avanço das obras da IEMadeira compensado pela redução das obras de reforços e ampliação da CTEEP e conclusão das obras ou mesmo entrada em operação das controladas IEMG, IENNE e Pinheiros.

As Receitas de Operação e Manutenção totalizaram R\$ 442,5 milhões em 2010, comparada com R\$ 500,0 milhões em 2009, em decorrência da redução da RAP, proporcionada pelo segundo ciclo de revisão tarifária periódica da CTEEP, parcialmente compensada pelo início de operações da controlada Pinheiros.

Receita Financeira - A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

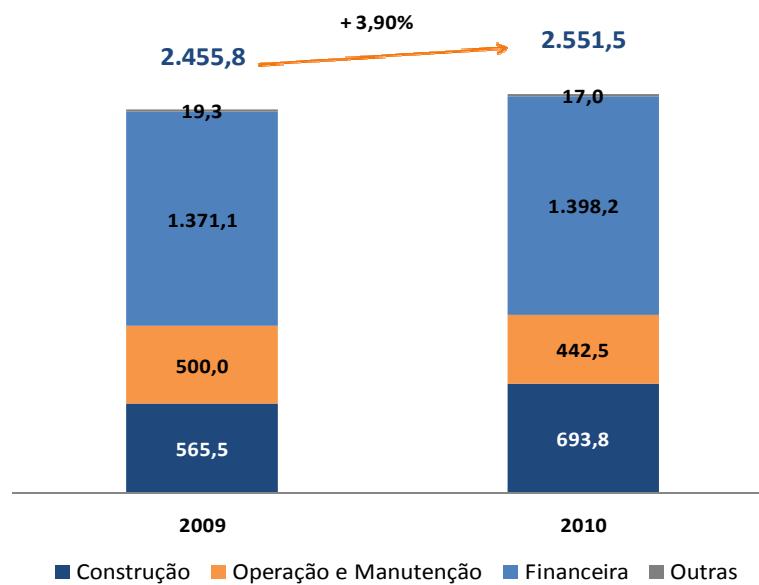
Em 2010 as Receitas Financeiras somaram R\$ 1.398,2 milhões, comparada com R\$ 1.371,1 milhões em 2009, substancialmente pelo crescimento do saldo de contas a receber de construção, refletindo o avanço no estágio das obras da CTEEP e de suas controladas.

Outras Receitas - As outras receitas referem-se a aluguéis junto à empresa de telefonia fixa e prestação de serviços relacionados à manutenção e análise técnicas contratadas por terceiros.

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta aumentou 3,9%, atingindo R\$ 2.551,5 milhões em 2010, comparada com R\$ 2.455,8 milhões em 2009, em decorrência do aumento de 22,7% das receitas de construção e de 2,0% das receitas financeiras, parcialmente compensado pela redução de 11,5% das receitas de operação e manutenção.

(R\$ milhões)

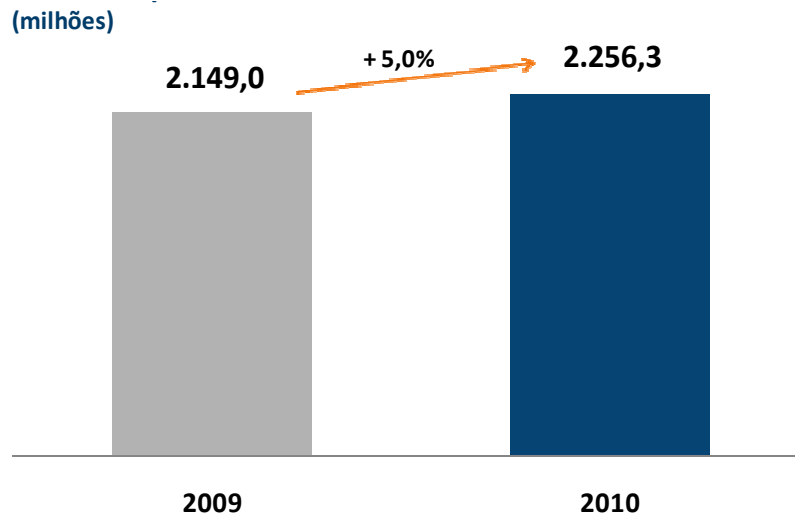


Deduções da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional reduziram 3,8%, atingindo R\$ 295,3 milhões em 2010 contra R\$ 306,8 milhões em 2009, devido à redução de 14,6% nos encargos regulatórios, refletindo a queda no consumo dos consumidores livres.

▪ Receita Operacional Líquida

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a receita operacional líquida aumentou 5,0% somando R\$ 2.256,3 milhões em 2010 diante de R\$ 2.149,0 milhões em 2009.



▪ Custos dos Serviços da Operação e Despesas Operacionais

Os custos de construção, de operação e manutenção tiveram aumento de 32,6%, alcançando R\$ 948,3 milhões em 2010 frente aos R\$ 715,0 milhões em 2009. Esse acréscimo decorre do aumento de 33,1% dos custos de construção combinado com o aumento de 32,1% dos custos de operação e manutenção.

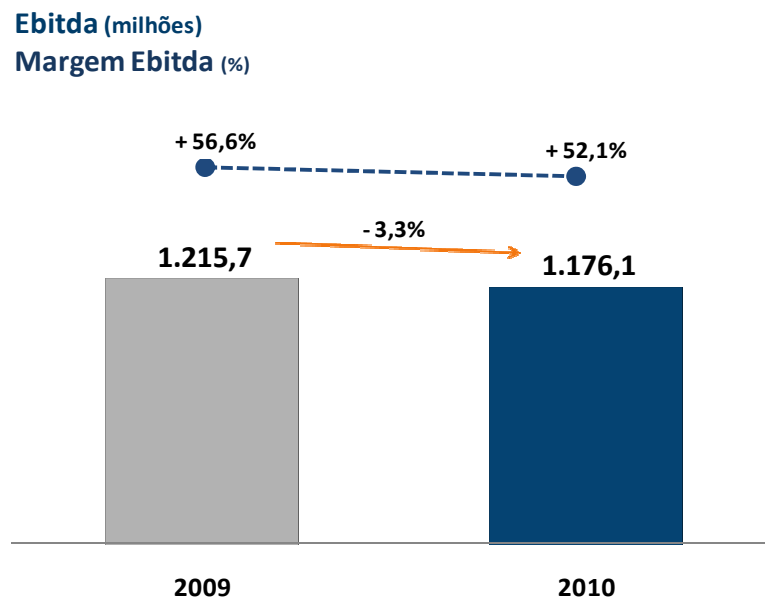
O crescimento verificado nos custos de construção decorrem do avanço das obras da IEMadeira compensado pela redução das obras de reforços e ampliação da CTEEP e conclusão das obras ou mesmo entrada em operação das controladas IEMG, IENNE e Pinheiros.

O crescimento verificado nos custos de operação e manutenção decorre do maior número de intervenções de manutenção nas instalações da CTEEP e entrada em operação das controladas IEMG, IENNE e Pinheiros.

As despesas gerais e administrativas apresentaram redução de 38,1%, atingindo R\$ 137,9 milhões em 2010, comparada com R\$ 223,0 milhões em 2009, em decorrência de multa decorrente dos trabalhos de regularização tributária registrado em 2009.

EBITDA e Margem EBITDA

Em 2010 a margem EBITDA foi de 52,1%, totalizando R\$ 1.176,1 milhões, redução de 3,3% em comparação a 2009, quando a margem atingiu 56,6% e o EBITDA R\$ 1.215,7 milhões em razão do aumento de 32,6% nos custos de operação e manutenção.



Resultado Financeiro

O resultado financeiro atingiu despesa de R\$ 356,3 milhões em 2010 apresentando aumento de 31,1% em relação a R\$ 271,7 milhões em 2009 devido ao maior endividamento de 2010 comparado a 2009, representado, em grande parte, pelas despesas oriundas da emissão de debêntures de janeiro de 2010.

Desconsiderando o efeito dos juros sobre capital próprio sobre as despesas financeiras, o resultado financeiro em 2010 apresentaria uma despesa financeira de **R\$ 104,7 milhões**.

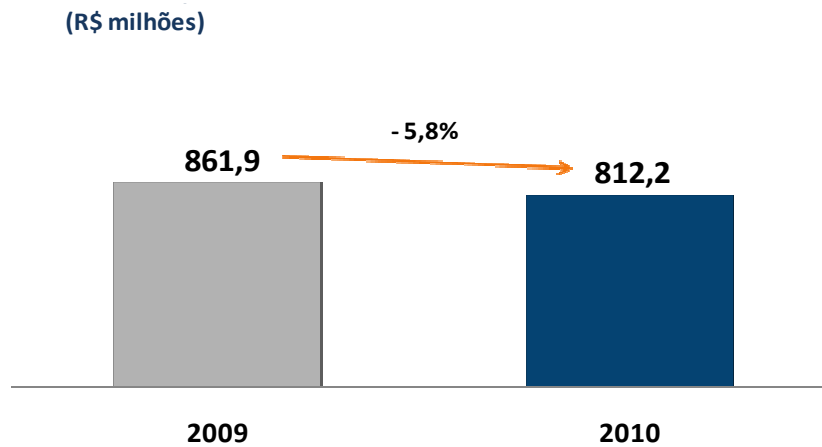
Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com imposto de renda e contribuição social diminuíram 18,0% somando R\$ 277.360 mil em 2010 contra R\$ 222.921 mil em 2009 (ver CPC 32). A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 28,5% em 2010 comparado com 31,2% em 2009.

▪ **Lucro Líquido**

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o lucro líquido de 2010 totalizou R\$ 812,2 milhões, montante 5,8 % inferior quando comparado a R\$ 861,9 milhões de 2009.

O lucro por ação básico e diluído atingiu R\$ 5,36207.



Estrutura de Capital

Endividamento

A dívida bruta consolidada em 31 de dezembro de 2010 somou R\$ 1.428,2 milhões. Do total da dívida bruta consolidada, R\$ 804,5 milhões (56,3%) estavam vinculados a contratos de empréstimo junto ao BNDES.

Ao final de 2010, a **dívida líquida** era de R\$ 1.373,3 milhões.

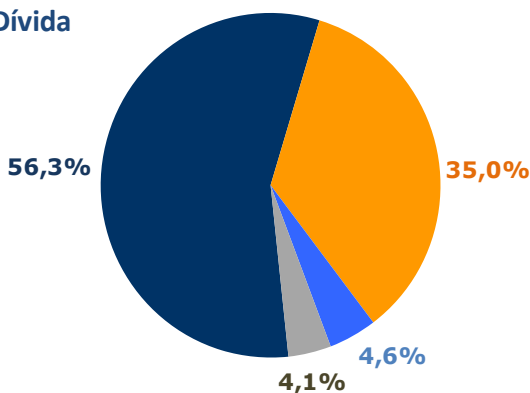
O índice de endividamento (razão entre dívida líquida e patrimônio líquido), ao final de 2010, atingiu 30,1%.

Composição do Endividamento em 2010 (R\$ mil)

Fonte	Encargos	Vencimentos	2010	2009	1/1/2009
BNDES					
CTEEP	TJLP + 2,3% ano	15/6/2015	421.146	514.117	606.169
	TJLP + 1,8% ano	15/6/2015	160.605	-	-
IEMG	TJLP + 2,4% ano	15/4/2023	37.630	40.680	-
IEMADEIRA	TJLP + 2,8% ano	15/4/2011	185.134	-	-
Notas Promissórias					
1ª Emissão	-	17/9/2009	-	-	199.068
2ª Emissão	119,5% ano CDI	19/4/2010	-	213.696	-
3ª Emissão	106,5% ano CDI	13/1/2010	-	208.029	-
Debêntures					
1ª Série	CDI + 1,3% a.a	15/12/2014	490.405	-	-
2ª Série	IPCA + 8,1% a.a	15/12/2017	65.388	-	-
Bancos					
IENNE	CDI + 2%	-	1.396	45.717	51.010
	10,0% ano*	19/5/2030	56.094	-	-
IESUL	CDI + 1,5%	11/3/2011	8.297	24.537	-
Eletrobras	-	15/11/2021	441	491	541
Arrendamento Mercantil	-	-	1.702	2.143	-
Total Consolidado			1.428.238	1.049.410	856.788

*Com o bônus de adimplimento de 1,5% o custo da dívida é de 8,5% ao ano.

Distribuição dos Encargos da Dívida

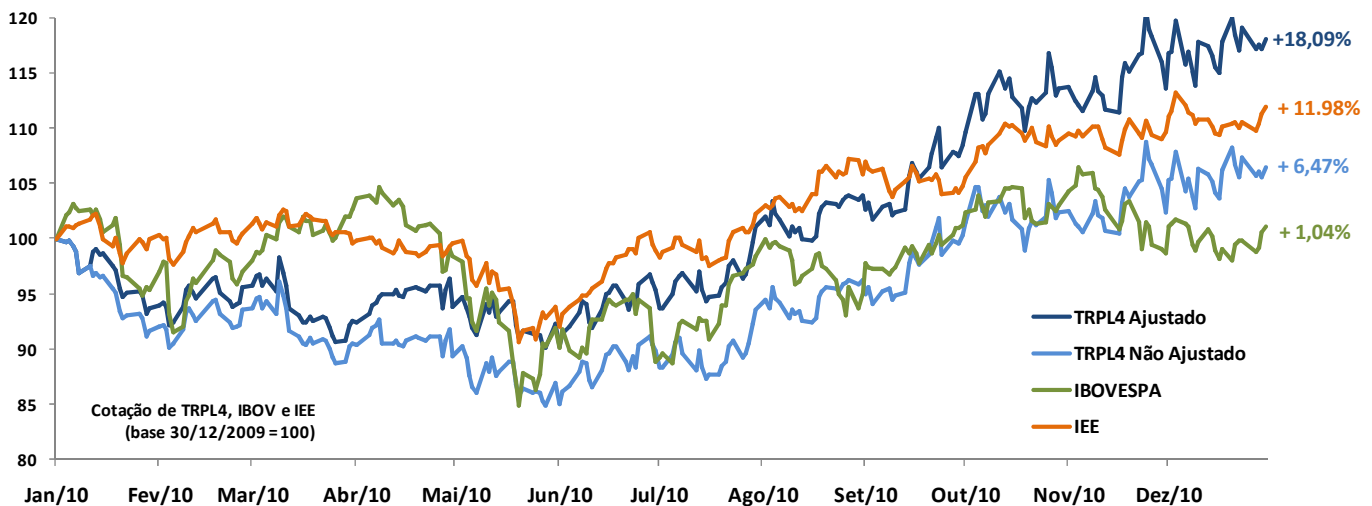


Mercado de Capitais

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram 2010 cotadas a R\$ 61,10 e R\$ 55,10, respectivamente, o que representa uma valorização de 13,15% e 6,47%, também respectivamente, em relação a 2009. Durante o ano, o Ibovespa apresentou valorização de 1,04% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) valorizou-se 11,98%.

Considerando os proventos distribuídos ao longo do exercício, o retorno total ao acionista foi de 25,04% para os detentores das ações ordinárias e de 18,09% para os detentores das ações preferenciais.

Ao longo do ano, as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 7,2 milhões, com uma média diária de 690 negócios.

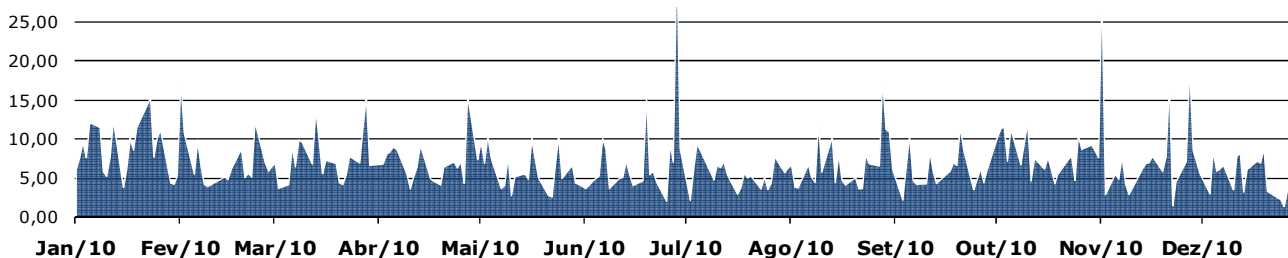


Ao final do exercício social de 2010, o capital social da CTEEP era representado por 151.828.980 ações, das quais 63.860.513 ações ordinárias e 87.968.467 ações preferenciais. A quantidade de negócios em 2010, com as ações preferenciais da Companhia, atingiu 170,4 mil negócios, e o volume financeiro negociado no ano foi de R\$ 1,8 bilhão.

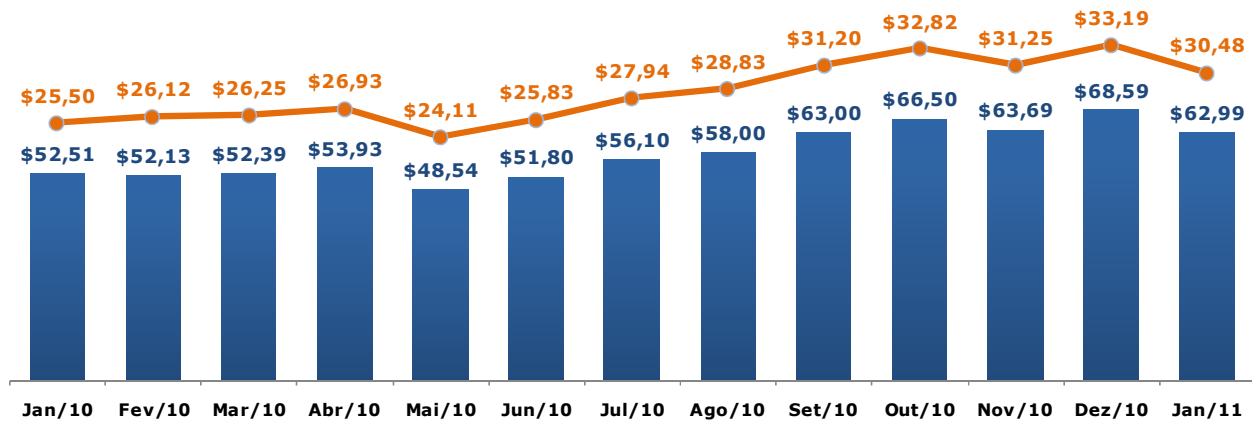
Volume Financeiro Negociado em 2010 (R\$ milhões)

Volume Total R\$ 1.768,05 milhões

Volume Médio / Dia R\$ 7,2 milhões



A CTEEP também participa do programa patrocinado de American Depositary Receipts (ADR) Nível 1, lastreados em ações ordinárias e preferenciais à razão de 1 Depositary Share para cada 1 ação de ambas as espécies. No encerramento do exercício social de 2010, a base acionária da Companhia era composta por 23.699 ADRs referentes às ações ordinárias e 2.066.718 ADRs referentes às ações preferenciais. No mesmo período, os ADRs lastreados em ações ordinárias apresentaram valorização de 33,66% e os ADRs lastreados em ações preferenciais, de 11,79%.



■ Volume Financeiro dos ADRs (US\$ milhões)

—●— Preço de Fechamento dos ADRs (US\$)

Remuneração aos Acionistas

Em 2010, a CTEEP efetuou o pagamento de R\$ 188,6 milhões em Juros sobre o Capital Próprio, correspondentes a R\$ 1,24 por ação e R\$ 578,2 milhões em Dividendos, equivalentes a R\$ 3,83 por ação.

DELIBERAÇÃO		PROVENTO	REFERÊNCIA	VALORES EM R\$		DATA PGTO
EVENTO	DATA			TOTAL	P/AÇÃO	
RCA	30/9/2010	Dividendos	2010	146.280.110,02	0,963453	25/10/2010
RCA	30/9/2010	JCP	2010	63.719.889,98	0,419682	25/10/2010
RCA	28/6/2010	JCP	2010	62.925.824,42	0,414452	23/7/2010
RCA	28/6/2010	Dividendos	2010	63.671.569,98	0,419364	23/7/2010
AGO/E	29/4/2010	Dividendos	2009	77.302.605,60	0,509143	23/7/2010
RCA	30/3/2010	JCP	2010	61.920.147,06	0,411002	20/4/2010
RCA	30/3/2010	Dividendos	2009	129.979.852,90	0,862756	20/4/2010
RCA	11/1/2010	Dividendos	2009	161.000.000,00	1,068656	22/1/2010
TOTAL DE PROVENTOS				766.799.999,96	5,068508	

INVESTIMENTOS

Em 2010, os investimentos realizados pela CTEEP – corporativos, nos ativos existentes, em mão-de-obra e aportes nas subsidiárias – totalizaram R\$ 504,9 milhões, conforme detalhamento a seguir:

R\$ milhões	2010
Corporativo	13,9
Reforço Tipo 1	93,3
Reforço Tipo 2	32,5
Novas Conexões	21,2
Modernizações - PMT	79,1
Melhorias Sistêmicas - PMIS	12,3
Capitalização de pessoal (mão-de-obra)	13
Projeto Telecom	17,4
Aporte nas subsidiárias	222,2
TOTAL	504,9

Reforços Tipo 1 e 2: investimentos direcionados para atendimento do sistema de Rede Básica. Geram RAP adicional.

Novas Conexões: investimentos direcionados para atendimento exclusivo de consumidores. Geram RAP adicional.

PMTs e PMIs: investimentos necessários para manutenção da qualidade do sistema e minimização do impacto da parcela variável.

▪ Plano de Investimentos Plurianual 2011/2013

Em reunião realizada em 26 de janeiro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o Plano de Investimentos Plurianual para o triênio 2011/2013, com base nas estimativas de execução de investimentos da Companhia.

Investimentos (R\$ milhões)	2011	2012	2013
Próprio (A)	363,6	330,3	316,3
Corporativo	18,1	8,8	8,8
Projeto TELECOM	7,1	0	0
Reforços Tipo 1	160,6	196,5	200,1
Reforços Tipo 2	63,3	23,3	8,4
Novas Conexões	24,6	3,1	0
PMT	31,5	47,1	61,3
PMIS	45,9	38,4	24
Capitalização Pessoal	12,5	13,1	13,8
Aporte nas Subsidiárias (B)	413,6	159,1	21,4
IEMG	15,2	0	0
IENNE	3,2	0	0
IEPinheiros	24,5	0	0
IESul	19	0,3	0
IEMadeira	303,1	158,8	21,4
Serra do Japi	48,5	0	0
TOTAL (A+B)	777,2	489,4	337,6

Para garantir a efetividade do Plano de Investimentos Plurianual, a CTEEP buscará apoio financeiro de diferentes fontes para financiar seus investimentos nos projetos de reforços, novas conexões, manutenção (PMT e PMIS) e Telecom, bem como nos aportes em suas subsidiárias.

Eventos Subsequentes

- **Aquisição de 40% das ações do capital social da IEMG**

Em 03 de fevereiro de 2011 a CTEEP efetuou o pagamento de R\$ 15,2 milhões pela aquisição da participação de 40% das ações do capital social da IEMG.

A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração de Defesa Econômica (CADE) em 07 de dezembro de 2010, pelo BNDES em 16 de dezembro de 2010 e pela ANEEL em 21 de dezembro de 2010, através da Resolução Autorizativa nº 2.714.

- **Transferência das ações do capital social da Rio Branco detidas pela CTEEP para a Eletronorte**

Em 15 de fevereiro de 2011 a ANEEL deliberou através da Resolução Autorizativa nº 2.774, o pedido de transferência das ações detidas pela CTEEP para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A .

Anexos

Anexo I – Balanço Patrimonial

Ativo (R\$ mil)	2010	2009	01/01/09
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	54.983	43.234	123.024
Contas a Receber	1.424.390	1.430.606	1.343.671
Estoques	44.791	43.328	31.952
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	22.938	19.439	19.786
Tributos e contribuições a compensar	11.230	213.317	3.240
Despesas pagas antecipadamente	2.611	3.768	2.917
Outros	35.802	17.190	22.093
	1.596.745	1.770.882	1.546.683
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Contas a Receber	4.225.309	3.656.679	3.243.022
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	681.129	557.027	454.639
Benefício Fiscal - ágio incorporado	147.911	176.743	205.575
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.050	28.420	27.125
Cauções e Depósitos Vinculados	42.248	43.946	51.860
Créditos com controladas	-	-	-
Estoques	184.264	126.854	70.557
Outros	6.624	4.382	2.407
	5.315.535	4.594.051	4.055.185
Imobilizado	9.194	10.260	7.974
Intangível	9.944	12.882	10.493
	19.138	23.142	18.467
Total do Ativo	6.931.418	6.388.075	5.620.335

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	2010	2009	01/01/09
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	332.413	592.129	345.502
Debêntures	2.154	-	-
Fornecedores	93.964	70.806	36.293
Tributos e Encargos sociais a recolher	88.745	88.505	19.476
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	10.353	9.853	-
Encargos Regulatórios	49.559	40.018	36.528
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	193.822	6.116	4.882
Provisões	22.662	27.688	34.895
Valores a Pagar - Fundação CESP	6.503	6.917	6.210
Outros	13.874	29.313	6.806
	814.049	871.345	490.592
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e Financiamentos	540.032	457.281	511.286
Debêntures	553.639	-	-
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	144.964	137.885	-
PIS e COFINS diferidos	117.632	60.218	9.697
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.352	3.060	637
Encargos Regulatórios	2.174	3.269	2.805
Provisão para Contingências	161.688	167.953	174.152
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053	24.053
	1.553.534	853.719	722.630
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	1.119.911	1.063.049	1.000.000
Reservas de Capital	2.231.113	2.259.945	2.286.374
Reservas de Lucros	1.014.124	971.069	891.683
Proposta de distribuição de dividendo adicional	198.021	368.282	228.390
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666	666
	4.563.835	4.663.011	4.407.113
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	6.931.418	6.388.075	5.620.335

▪ Anexo II – Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)

	2010	2009
Receita Operacional Líquida	2.256.286	2.149.012
Custo dos serviços de construção e de operação e manutenção	(948.270)	(714.992)
Lucro Bruto	1.308.016	1.434.020
(Despesas) Receitas operacionais		
Gerais e administrativas	(129.851)	(213.641)
Honorários da administração	(8.082)	(9.362)
Despesas financeiras	(403.846)	(427.748)
Receitas financeiras	47.557	156.027
Outras despesas, líquidas	(23.840)	(48.146)
Resultado de Equivalência Patrimonial		
Lucro operacional	789.954	891.150
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(222.630)	(278.654)
Diferido	(6.746)	(1.131)
Lucro antes da reversão dos juros sobre capital próprio	560.578	611.365
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	251.593	250.610
Lucro Líquido do Exercício	812.171	861.975

▪ Anexo III – Fluxo de Caixa (R\$ mil)

	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	812.171	861.975
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	60.023	50.521
Depreciação e amortização	6.047	4.713
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.746	1.131
Provisão para contingências	1.042	3.087
Valor residual de ativo permanente baixado e doações	1.563	175
Benefício fiscal - ágio incorporado	28.832	28.832
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	127.062	65.523
Perda na variação de participação e controlada em conjunto	160	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-
(Aumento) Diminuição de ativos		
Contas a receber	(582.470)	(470.589)
Estoques	(58.873)	(67.673)
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(122.256)	(102.199)
Tributos e contribuições compensáveis	202.055	(210.077)
Cauções e depósitos vinculados	1.704	7.942
Outros	(76.114)	8.578
Aumento (Diminuição) de passivos		
Fornecedores	22.746	34.513
Tributos e encargos sociais a recolher	396	69.030
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	-	147.738
Encargos regulatórios a recolher	8.445	3.955
Provisões	(12.307)	(19.425)
Valores a pagar Fundação CESP	(414)	704
Outros	47.730	19.997
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	474.288	438.451
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Imobilizado	(3.605)	(5.238)
Intangível	-	(4.342)
Investimentos	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.605)	(9.580)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adições de empréstimos	993.458	576.959
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(728.747)	(480.785)
Dividendos pagos	(751.675)	(641.455)
Integralização de Capital	28.030	36.620
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(458.934)	(508.661)
Aumento (Diminuição) líquida em caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	54.983	43.234
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	43.234	123.024
Varição em caixa e equivalentes de caixa	11.749	(79.790)